

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



JUSTIÇA RESTAURATIVA - E A INOVAÇÃO NOS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Autor(res)

Flávia Rodrigues Cantagalli

Luiza De Moraes Gomes

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A presente pesquisa aborda sobre as novas metodologias e práticas jurídicas da Justiça Restaurativa, que estão sendo inseridas no rol de formas alternativas para a resolução de conflitos no âmbito do poder judiciário.

A Justiça Restaurativa tem diversas definições e, dentre elas, existe a concepção de que é uma abordagem alternativa para a resolução de conflitos entre agressor e vítima, ou ofendido e ofensor. Uma outra linha conceitual a aborda como sendo um conjunto de metodologias para a solução consensual de um conflito, a partir de participação ativa das partes.

A participação é o núcleo da definição de justiça restaurativa, já que nesta técnica de solução o papel principal é atribuído justamente às partes da relação. É a construção de um espaço onde as partes têm a oportunidade de fala e escuta para, consensualmente, solucionar os conflitos.

Objetivo

A justiça restaurativa promove a aproximação das partes envolvidas, desde que o ofensor esteja disposto a assumir suas responsabilidades, não somente ao ofendido, mas, também, frente à comunidade como um todo. Através da utilização desse método, colocam-se as partes como o centro do processo e os envolvidos como coautores da solução, ao invés de somente focar na aplicação de regras e sanções.

Material e Métodos

A pesquisa jurídica em questão valeu-se de jurisprudências e decisões judiciais acerca do assunto abordado, sempre respeitando o compromisso com a veracidade dos fatos a fim que seja um material de qualidade.

A justiça restaurativa é plenamente incentivada pelo CNJ. Instituiu-se através dele, uma comissão para o estudo da adaptação do método na Justiça do Distrito Federal com a implementação de um projeto experimental em uma comunidade da região.

Importante salientar, que não é o próprio juiz que realiza a prática, e sim o mediador, que faz o encontro entre a vítima, o ofensor e as pessoas que eventualmente as apoiam.

A diferença da Justiça Restaurativa para o método da Conciliação é que, essa, é voltada para resolver questões de cunho econômico e tem um procedimento mais padronizado; aquela, por sua vez, não se estabelece um limite,

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



pode durar por dias ou até meses até que seja solucionado.

Resultados e Discussão

Apesar da iniciativa alcançar uma resolução ágil das relações de forma pacífica, e ser tida como mais efetiva do que uma decisão judicial, a mesma tem sofrido críticas acerca de sua eficácia, legalidade e seus possíveis desvios das garantias constitucionais. Ocorre que a prioridade da Justiça restaurativa não é adotar um processo engessado, no qual o principal objetivo é a minimização da responsabilidade do infrator ou a obtenção de sanção penal mais leve. Seu objetivo é priorizar o acordo entre as partes, já que um dos requisitos para condução ao processo restaurativo é a voluntariedade, de sorte que se a vítima não quiser, não será obrigada a seguir esta possibilidade.

Trata-se de uma nova forma de recompor a ordem jurídica, através de uma outra metodologia, que leva resultados mais satisfatórios para a vítima, recuperando segurança e dignidade; em relação ao infrator, tal procedimento lhe dá a oportunidade de assumir suas responsabilidades fornecendo-lhe meios para se redimir.

Conclusão

Conclui-se que a Justiça restaurativa traz diversos benefícios ao sistema vigente, mas principalmente para as partes da relação, já que dá a essas protagonismo flexibilidade à lide.

Pode ser uma das melhores soluções da atualidade para resolução de conflitos, restabelecendo o convívio social e resgatando a segurança.

Referências

WINKELMANN, Alexandre Gama ; GARCIA, Flavia Fernanda Detoni. Justiça Restaurativa.: Principais fundamentos e críticas. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3107, 3 jan. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20775>. Acesso em: 1 abr. 2024.

Juiz da VIJ assina protocolo de cooperação para difundir Justiça Restaurativa. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Distrito Federal, agosto e 2014. Notícias e destaque. Acesso em: 01 de Abril de 2024